

A dimensão metodológica da história oral

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ^(*)

Introdução

Dentre as palestras ministradas no Instituto do Ceará, no ano de 2001, a do Professor Pedro Alberto de Oliveira Silva, a respeito do “Papel do Historiador na Sociedade Contemporânea” me prendeu a atenção, de modo particular, em virtude de algumas questões apresentadas pelos ouvintes. Elas se concentraram no tema História Oral, por Ele referenciado, que suscitou a manifestação de opiniões contrárias à metodologia proposta por pesquisadores contemporâneos. Uma vez que as observações por mim apresentadas foram breves, resolvi retornar à temática, através do presente artigo, tomando por base parte de um capítulo da nossa Tese de Professor Titular do Departamento de História da UECE.¹

Na verdade, várias são as questões apresentadas ante a História Oral como opção metodológica: ela representa uma contribuição decisiva ao enriquecimento das experiências de pesquisa histórica? Como classificar o conteúdo transmitido, considerando a distância entre o depoimento prestado e o tempo onde se registrou o ocorrido? A subjetividade nela expressa não contribuiu para uma distorção do conteúdo narrado? A Narrativa presente na História Oral em que se diferencia da Narrativa tradicional, presente na visão positivista de História?

São indagações desse teor que nos motivam a retomar o debate acerca do alcance da História Oral.

^(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

¹ Cf. 2.1. do Capítulo II da referida Tese, intitulada: *Fortaleza na Visão dos Velhos*. Fortaleza, UECE, 2001, p. 38-48.

O Surgimento da História Oral e a sua Presença na História Contemporânea

Não constitui novidade que, desde os tempos primitivos, os relatos orais simbolizavam um precioso recurso de transmitir informações acerca das experiências sociais ou mesmo de divulgação do conhecimento adquirido. Na Antiguidade Clássica, a recomposição do passado dificilmente teria atingido o nível obtido se não tivesse usado as informações orais como uma fonte básica de compreensão histórica. Na verdade,

"Desde la época de las guerras Médicas – y Tucídides – quin relata las del peloponeso – se han utilizado los testimonios orales de los actores o los testigos de ciertos hechos o eventos sociales que despertaron interés, siempre bajo un espíritu crítico. No solo se consultaban los documentos escritos accesibles, sino que también se buscaban evidencias de tipo personal transmitidas oralmente, pues las sociedades antiguas eran iletradas y anal-fabetas".²

Entretanto, a consolidação das ciências no mundo contemporâneo tentou apagar a marca deixada pela tradição oral, pois não era considerada científica, uma vez que não se apresentava através dos documentos, considerados imprescindíveis à elaboração dos trabalhos históricos. A tradição historiográfica, defendida pelo Positivismo, no século XIX, estabeleceu como modelo de fonte histórica exclusivamente o que pudesse ser definido como documento, relegando os depoimentos apenas como uma fonte secundária, mesmo considerando a posição social de quem os emitia. Na verdade, pouco representavam, pois o testemunho subjetivo comprometia a sonhada verdade histórica a ser atingida. Se os depoimentos escritos ocupavam uma função secundária, os orais eram relegados, uma vez que se enquadram na estreita classificação das fontes elencadas.

² LOZANO, Jorge Aceves. (Compilador) *Historia Oral*. México: Amacalli Editores, 1993, p. 7.

A preocupação em estabelecer os limites entre as fontes, classificadas como primárias e secundárias, concentrava-se na busca dos documentos considerados originais, afastando qualquer possibilidade de incluir os depoimentos orais na relação das fontes históricas. O retorno às fontes primárias teve entre seus principais defensores Leopold Von Ranke e Augustin Thierry, que insistiam em procurar revelar apenas o que realmente ocorreu, na busca da prova dos fatos acontecidos.³ O tempo da história era concebido dentro de um padrão otimista de encarar a realidade estudada, sempre buscando associar o passado a um futuro idealizado buscando superar as limitações do passado.

Somente a Nova História romperia com essa preocupação futurista, buscando associar o presente ao passado. Ao invés de temas presos ao nacionalismo ou mesmo aos imperialismos, dentro de um enfoque linear e contínuo, onde os acontecimentos estariam sujeitos a um controle recomendado, de acordo com uma compreensão especulativa do tempo histórico. Daí o significado inovador de uma concepção diferenciada de tempo e de História, proporcionado pelos defensores da Nova História. Na própria memória se fazem presentes. As dimensões de um tempo individual e de um tempo coletivo aproximam a memória de tempos diversos. Os historiadores substituíram os objetos tradicionais, estudados sob um prisma que ressaltava a ação individualizada, fazendo brotar um tempo histórico construído por ações coletivas, voltadas à problematização dos temas levantados. Limitava-se a ação individual, a fim de atingir uma real liberdade interpretativa. Os documentos deixam de ser apenas os produzidos dentro dos padrões oficiais, ampliando-se as fontes que resgatam novos agentes a serem considerados.⁴

³ A esse respeito, vide BANN, Stephen. Analisando o Discurso da História in — *As Invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. Trad. Flávia Villas-Boas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 51-86.

⁴ Sobre o referido assunto vide “O Tempo Histórico e as Ciências Sociais” e “O Tempo Histórico da Nouvelle Histoire” in REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre Bloch e Braudel*. São Paulo: Ed. Ática, 1994, p. 14-19.

O despertar da História Oral ocorreu a partir dos anos sessenta, associada aos movimentos contestatórios que teriam continuidade na década seguinte. Todavia, as primeiras experiências se registraram nos Estados Unidos, em 1948, através de entrevistas realizadas a princípio com lideranças políticas e, posteriormente, envolvendo grandes empresários e representantes dos meios de comunicação, onde se destacavam as emissoras de rádio. Explica-se o surgimento da História Oral contemporânea, nos Estados Unidos, como uma decorrência da concentração de recursos não apenas nas Universidades, mas também em virtude do interesse de órgãos governamentais e dos meios de comunicação, que incentivavam o desenvolvimento de análises sociais e históricas. Entretanto, foi sobretudo na década de sessenta que os centros de estudos a ela dedicados se propagaram, quando da fundação da American History Association, que passaria a publicar uma revista em 1973. A sua função voltava-se essencialmente à procura de informes complementares das fontes escritas, a fim de ampliar o acervo documental existente.

Com o aparecimento do interesse dos antropólogos em estudar as culturas consideradas minoritárias, incentivados pelos movimentos de contestação, que se posicionavam em favor dos menos favorecidos, a História Oral passou a se posicionar como uma forma divergente de encarar a realidade social, acusando as classes dominantes pelos males que atingiam os menos favorecidos.

Desde o século XIX, quando a História se firmara no campo científico, as fontes orais tinham sido afastadas do roteiro do pesquisador, que pretendia ser reconhecido como um profissional apoiado na autenticidade das fontes escritas. A tradição oral deveria ficar com os povos sem escrita, afastada do acervo das ciências sociais.

O reconhecimento do papel dos menos favorecidos, considerados sem história, esquecidos ou menosprezados pelas fontes oficiais, deu seus primeiros passos em diferentes pontos do mundo, desde o período colonial, através do relato dos cronistas religiosos sobre os índios americanos ou mesmo nos movimentos políticos ocorridos na Europa, nos séculos subseqüentes. A simpatia pelas culturas populares ganhou espaço na literatura em pleno

século XIX, na tentativa de preservá-la ante a ameaça do progresso, que suplantava a permanência das velhas tradições.

A História Oral tinha como meta democratizar a história, através do espaço que reservava aos menos favorecidos, pois o povo deveria emergir como participante das mudanças registradas. Nos Estados Unidos, a Escola de Chicago dedicou-se aos estudos dos excluídos da história, os ladrões e as prostitutas, como uma forma de contestação a ser divulgada. Mesmo em Universidades Particulares, assim como se registrava nas Públicas, a História Oral procurava dar espaço aos excluídos da sociedade.

A expansão do interesse pela História Oral ganhou uma dimensão nova, chegando à Europa a partir dos anos setenta. Na Inglaterra, historiadores, antropólogos e sociólogos dedicavam-se a uma nova história social, onde o cotidiano dos trabalhadores servia de temática central, retratando suas condições de vida com algo mais além do trabalho. A partir desse período, Paul Thompson passou a se destacar como um dos defensores da nova metodologia adotada, juntamente com Raphael Samuel, que insistiam em transformar a história numa forma democrática de dar voz ao povo, nem sempre lembrado na história tradicional. Na Itália, desde os anos cinquenta, intelectuais já se dedicavam às entrevistas como um meio de melhor compreender a história dos camponeses e operários, apresentada com um viés populista. Foi sobretudo a partir dos anos setenta que a História Oral amadureceu, na busca da memória operária, quando se destacou Sandro Portelli como um dos principais representantes da nova versão metodológica adotada. Na Alemanha, também a partir dessa década, a História Oral se voltava à memória de guerra ou mesmo do movimento operário, sempre procurando dar espaço aos menos favorecidos. Na França foi sobretudo a partir da década de setenta que a História Oral passou a ser trabalhada em algumas universidades que se dedicavam ao estudo da vida cotidiana e das manifestações culturais.

A partir dos anos oitenta a História Oral foi reconhecida no Congresso Internacional das Ciências Históricas, realizado em Bucareste, tornando-se conceituada no mundo acadêmico, em diferentes países, incluindo os que compunham a antiga União

Soviética, passando a ser divulgada através do *International Journal of Oral History*. Utilizando recursos metodológicos, provenientes de outras ciências sociais, a História Oral passou a se concentrar na temática memória e história cultural, com o intuito de ampliar os horizontes das pesquisas desenvolvidas.⁵

As novas dimensões do campo de trabalho do historiador encontraram na História Oral uma possibilidade de diversificar as fontes a serem trabalhadas, passando a valorizar o significado da memória na compreensão da vida humana. O mérito da inovação metodológica adotada reside na proposição apresentada de abordar novos temas e problemas, possibilitando a descoberta de novos sujeitos na História, renovando métodos e fontes adotados, que permitem uma relação mais significativa com o tema estudado.⁶ Acima da preocupação em encontrar novos eventos, a História Oral nos remete à compreensão do significado dos depoimentos, onde a subjetividade do expositor a ser trabalhada pelo historiador comprova a ampliação dos envolvidos na reconstrução do passado.

O Despertar da História Oral no Brasil

A atividade pioneira no uso da História Oral, no Brasil, data dos anos 70, quando o CPDOC/FGV/RJ iniciou suas atividades de pesquisa na área de História Política Contemporânea, com o intuito de complementar os estudos relativos à era Vargas. A partir dessa data passou a ser o núcleo de referência dos interessados na nova metodologia empregada, indicada como possuidora do modelo e da experiência prática nas técnicas de elaboração de entrevistas, consideradas como novas fontes capazes de ampliar o universo das temáticas propostas.

⁵ Acerca de um histórico relativo à História Oral, vide TREBITSCH, Michel. A Função Epistemológica e Ideológica da História Oral no Discurso da História Contemporânea in MORAES, Marieta de (Org.), *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994, p. 19-41.

⁶ Cf. GATTAZ, André Castanheira. Meio século de história oral in *Nebo-História*, Revista de Estudos de História Oral, n. 0, jun. 1998, p. 21-33.

A princípio, o eixo básico dos trabalhos desenvolvidos no CPDOC centrou-se na organização do acervo relativo à revolução de 1930, concentrando o seu programa na produção de fontes para a História política. Em meados da década de 80, mesmo dando continuidade aos estudos sobre as elites políticas, as agências públicas responsáveis por diferentes setores da economia, como a Petrobrás e o Banco Central, serviram de campo à ampliação dos assuntos tratados. Posteriormente, os depoimentos obtidos voltavam-se à compreensão do golpe de 1964, dessa feita dando voz a diferentes personalidades envolvidas com o movimento, como militares, estudantes e lideranças estudantis.⁷

Todavia, apesar do interesse crescente manifesto em diferentes áreas de estudo das Universidades Brasileiras, foi sobretudo a partir da década de 90 que a História Oral passou a ser incorporada ao meio universitário em diversos pontos do país. O interesse pela História Oral teve como mentores os Professores José Carlos Sebe Bom Meihy, da USP, e Marieta de Moraes Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que planejavam a criação de uma Associação de História Oral no Brasil. Para surpresa desses pesquisadores, constatou-se que nos anos 70 a Fundação Ford manifestava interesse em apoiar a difusão da nova técnica de pesquisa, classificada como "História Oral". A proposta da referida Fundação destinava-se ao México e ao Brasil.

O projeto oriundo da Ford teve como responsável pela História Oral, no México, Eugenia Meyer e, no Brasil, a Aspásia Camargo, com o apoio de Celina Vargas no CPDOC. Desse modo, a criação do Archivo de la Palabra, no México, e do Programa de História Oral do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, concretizaram a proposta oriunda do Oral History Program, da Universidade de Columbia. No meio universitário destacou-se como pioneiro em difundir a História Oral o Prof. Carlos Humberto P. Corrêa, que

⁷ Vide FERREIRA, Marieta de Moraes (org.), Avaliações e tendências da história oral in *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 31-81.

elaborou a sua dissertação de mestrado, denominada *O Documento de História Oral como Fonte Histórica*.⁸

Entretanto, verificando a dimensão do meio universitário, na primeira metade da década 70, apenas alguns grupos aceitavam o desafio de explorar a nova opção metodológica de pesquisa. Considerando o contexto político brasileiro, ainda sob o controle dos militares, o usufruto de depoimentos tinha as suas limitações, uma vez que o ato de fornecer informações poderia comprometer politicamente diversos envolvidos nos temas estudados.

Por isso, ante o receio da censura, os trabalhos realizados voltavam-se a um passado distante, que não pudesse associar-se ao presente, ou centravam-se na recuperação da História das elites políticas. Por outro lado, diversas foram as resistências ao uso da História Oral, principalmente em virtude da relação dos entrevistados se restringir a um seleto grupo de lideranças políticas. Como testemunho dessa reação, observe-se a opinião da Professora Déa Ribeiro Fenelon:

"Devo esclarecer também que faço parte daqueles que de certa forma reagiram mal à História Oral, apresentada por seus entusiastas como a possibilidade de garantir a memória de elites governamentais da era Vargas, como era o trabalho inicial do CPDOC – única entidade a, concretamente, arriscar-se na direção de implantar um programa efetivo de História Oral".⁹

Mesmo assim, não se pode menosprezar a significativa contribuição no desenvolvimento das pesquisas, patrocinadas pelo CPDOC e pelo Archivo de la Palabra, responsáveis pela concretização do uso da História Oral, como nova modalidade de fonte a ser trabalhada.

A valorização da História Oral, como inovação metodológica, ultrapassando as limitações sugeridas pelo modelo americano, to-

⁸ Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil in *História Oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 2, jun. 1999, p. 167-179.

⁹ FENELON, Déa Ribeiro. O Papel da História Oral na Historiografia Moderna in BOM MEIHY, José Carlos Sebe (Org.), *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 23.

mou impulso com a propagação da produção historiográfica inglesa, que procurava dar voz aos vencidos, fazendo brotar uma nova opção metodológica, tendo por base um suporte teórico con-dizente com a problematização das temáticas sociais elencadas.¹⁰

Na verdade, foi sobretudo com a difusão do paradigma da Nova História, suscitando novos temas, novas abordagens e, con-seqüentemente, através da adoção de uma nova metodologia, va-lorizada sobretudo a partir do final dos anos oitenta, que se intensificou o debate acerca de conceitos antes desconsiderados, como o referente a documento, incentivando a descoberta de no-vos agentes e novas dimensões das temáticas estudadas. A modifi-cação presente nas atividades de pesquisa alterou a noção tradicional de fonte histórica, passando a valorizar os documentos referentes à vida cotidiana dos grupos antes desconsiderados, re-conhecendo-os como agentes do fazer História.

Apesar de ter sido publicado, em 1973, o livro da Professora Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*, na verdade uma análise psicológica dos idosos, passou a ser o ponto de refe-rência dos simpatizantes da relação entre memória e História Oral.¹¹

Vale ressaltar que a inovação metodológica não se limitou às pesquisas da História, mas difundiu-se entre outros ramos das ci-ências sociais, inclusive da Psicologia, servindo para aproximar diferentes áreas de estudo, o que contribuiu para o rompimento de barreiras antes constituídas, passando a História Oral a ter um universo bem mais abrangente. Mais uma vez o augúrio da Nova História baseava-se no dueto – interdisciplinaridade e com-plementaridade – que servia de apoio a uma real aproximação de diferentes espaços das Ciências Sociais.

¹⁰ Conforme ressalta Carlos Sebe Bom Meihy, a obra de Paul Thompson. *A Voz do Passado: História Oral*, publicada em 1978 e lançada no Brasil, apenas em 1992, pela Editora Paz e Terra serviu de modelo teórico para os trabalhos acadêmicos.

¹¹ Vide BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. A segunda e terceira edição datam, respectivamente, de 1987 e 1994. Vale salientar que a referida obra constituiu o ponto de partida e o apoio básico de nossa pesquisa acerca da visão dos idosos sobre Fortaleza.

Em abril de 1995 realizou-se o I Encontro Regional de História Oral/Sudeste-Sul, promovido pela Associação Brasileira de História Oral – ABHO, criada no ano anterior, quando também foi instalado, na Universidade de São Paulo, o Laboratório de História Oral do Departamento de História, sob a direção do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy.

Na opinião do referido Professor,

“De qualquer forma, história oral tornou-se um importante denominador comum para todos os que se aventuravam na seara que envolve entrevistas, gravações, arquivamentos, diálogos multidisciplinares. Interessante notar que tudo isto transcorre sem muitos registros, posto que a história oral brasileira, ainda que recentemente aclamada, tem poucas, raras publicações. Infelizmente, além de textos esparsos e que ainda não ganharam lugar na historiografia geral, tediosos catálogos e listas de levantamento de experiências têm tomado conta das publicações de história oral no Brasil”.¹²

Considerações Finais

Os argumentos apresentados nos possibilitam a compreensão do alcance da História Oral. Na verdade, não devemos reforçar a simplista classificação, que se tornou expressiva na nova metodologia adotada: história oral como se fosse um domínio exclusivo dos profissionais da História. Diferentes áreas das Ciências Sociais têm contribuído para fortalecer a sua dimensão metodológica. Não sendo prioridade exclusiva da História, o intercâmbio mantido com pesquisadores de outras áreas fortalece a contribuição da Nova História, onde a adoção de novas opções metodológicas enriquece experiências que se entrecruzam.

A riqueza da História oral decorre do seu significado plural, propiciado pelo envolvimento de um outro agente, além do historiador, na narração do tema estudado. Desse modo, o caráter utilitário da metodologia adotada ultrapassa a simples dimensão

¹² BOM MEIHY, José Carlos Sebe, *op. cit.*, p. 7.

informativa, enriquecendo a dinâmica interpretativa, expressa nas versões apresentadas.

A capacidade de reconstrução acerca de um passado narrado não desqualifica o estudo apresentado, pois a força da subjetividade na História nos faz compreender o alcance de suas dimensões. O anseio de “ressuscitar” o passado é tão inócuo quanto o teor na crença de uma verdade absoluta, divulgada através de uma versão apresentada. As várias interpretações expressas, através dos depoimentos coletados, enriquecem o conteúdo a ser elaborado sob o crivo analítico do pesquisador.

A História Oral como opção metodológica não macula o valor das fontes documentais, mas o fortalece, pois ao se ampliar o número de fontes pesquisadas, outra oportunidade nos é oferecida para melhor se compreender o passado.